

"Não comemos o peixe que pescamos"

por Edmundo Matos

Mocimboa da Praia, distrito da província de Cabo Delgado com grandes potencialidades em produtos marinhos, assiste, apaticamente, ao êxodo da maior parte da sua produção para o exterior dos seus limites — Nampula e, inclusivamente, para a República Unida da Tanzânia.

Até quando? Porquê? Como? — são algumas das várias questões que, no início deste mês, colocamos ao Administrador do Distrito, João Alfai.

Com uma população de cerca de 61 mil habitantes, Mocimboa da Praia faz parte dos chamados distritos do norte da província de Cabo Delgado e é limitado pelos de Palma, Mueda e dos recém-criados de Nangade e Muidumbe. O seu território comporta trinta e quatro aldeias comunais, espalhadas por três postos administrativos e igual número de localidades.

O grosso da sua população está concentrado na sede do distrito, que compreende, segundo estimativa do ano passado, perto de 40 mil habitantes, «uma concentração populacional monstra que nos dá dores de cabeça, como diria o Ad-

ministrador Alfai, quando a determinada altura da conversa, dissertava sobre aspectos relacionados com os serviços de salubridade locais.

Capacitada com dois entrepostos frigoríficos — na sede do distrito e na ilha Muchanga — a PESCOM ainda não logrou cumprir a sua obrigação de captar a produção pesqueira, indo esta alimentar a candonga em zonas carecidas, como as que citamos e outras, provavelmente. Aparentemente, esta situação teria como suporte para a sua existência, a paralisação dos dois complexos frigoríficos até há bem pouco tempo. Contudo, o problema reside, também, na falta de artigos de incentivo e apetrechos de pesca para os pescadores — alimentação, vestuário, «diesel» para embarcações e outros.

O nosso pescador coloca o peixe onde sabe que arranja aquilo que quer, sobretudo alimentação para si, no mar, e para a sua família, no continente, — acrescentou o dirigente distrital, lamentando que a PESCOM não possua nada daquilo, pese embora a iniciativa que teve de colocar postos de compra que, naturalmente, deixaram de existir, em virtude da inexistência das necessárias contrapartidas em artigos de incentivo.

Para a província de Nampula e

melhor e maior agressividade da PESCOM, na captação do peixe, através da colocação do mínimo que o pescador necessita para si e sua família. Para tal e de acordo com Alfai, torna-se necessária uma inventariação daquilo que o pescador precisa e, a partir daí, a abertura de uma espécie de «Loja do Pescador», tal como a que existe em Pemba.

Do sector cooperativo, apenas há a apontar duas unidades que sobrevivem, porque os cooperativistas compreendem as suas vantagens, mas enfrentando, eles também, os mesmos problemas dos «artesãos».

DEFICITÁRIO EM CEREAIS

Mocimboa da Praia não é aquilo que se pode considerar um grande produtor agrícola, no mínimo porque os índices de comercialização anualmente registados se mostram irrisórios. É bem possível que haja, até, razões mais abalizadas para explicar esta pobreza, do que um simples recurso ao volume dos excedentes comercializados anualmente.

A verdade, porém, é que a alimentação da população local é adquirida noutras regiões vizinhas do distrito, como é o caso do milho produzido em substanciais quantidades no planalto de Mueda e outros. A transacção para a obtenção daquele cereal e outros produtos, como os feijões, mandioca seca e mapira, é feita em troca do peixe seco, que não existe no interior.

O Administrador João Alfai, afirmou que a inversão desta situação de dependência do distrito, em matéria de cereais, teria que começar por um trabalho de mobilização popular para mostrar que, se não somos capazes de ter excedentes, pelo menos que produzamos o suficiente para não mendigar. Tal esforço teve como ponto de partida a implantação de todas as estruturas do Partido e do Poder de Estado onde elas não existiam e sem as quais nenhum trabalho de mobilização teria alguma validade.

Desencadeado este processo, constatou-se, então, um aumento considerável das áreas de cultivo do principal produto, a mandioca, e ainda do milho e do arroz, na campanha agrícola 86/87, que resultou na colheita de consideráveis excedentes. Foi um sucesso que, lamentavelmente, não encontrou a correspondente resposta — afirmou



«Não comemos o peixe que pescamos»

o Administrador do distrito. De facto, faltaram, na devida hora, os artigos de incentivo para a comercialização dos excedentes; e, quando chegaram, já era bastante tarde: o mercado paralelo, como sempre acontece, tinha feito a sua comercialização, com as suas brigadas móveis. Houve, inclusivamente, camponeses que, perante o atraso da comercialização, solicitaram às autoridades, permissão para transportarem os seus produtos para a Tanzânia, onde encontrariam, certamente, melhor mercado.

Em face destes resultados, tímidos mas reveladores, a conclusão a tirar é que Mocimboa da Praia de deficitário só tem os altos indicadores de comercialização das outras regiões da província e que tem capacidade para se alimentar a si próprio. E foi com base nesta constatação que, na safra 87/88, os camponeses, uma vez mais, se propuseram a alcançar os anteriores resultados, o que não virá a acontecer, já que as chuvas se fizeram tarde. As perspectivas para este ano são sombrias; mas contínuo João Alfai.

SEM ENERGIA ELÉCTRICA E ÁGUA

Um outro sector vital para a vila — o sector de produção de energia eléctrica e de abastecimento — está paralizado. De facto, Mocimboa da Praia, à noite, distingue-se da imensa escuridão que a envolve por umas quantas cla-

reiras feitas por uns quantos geradores eléctricos pertencentes a uns poucos serviços interessados em alumiarem os seus domínios. Toda a vila está às escuras.

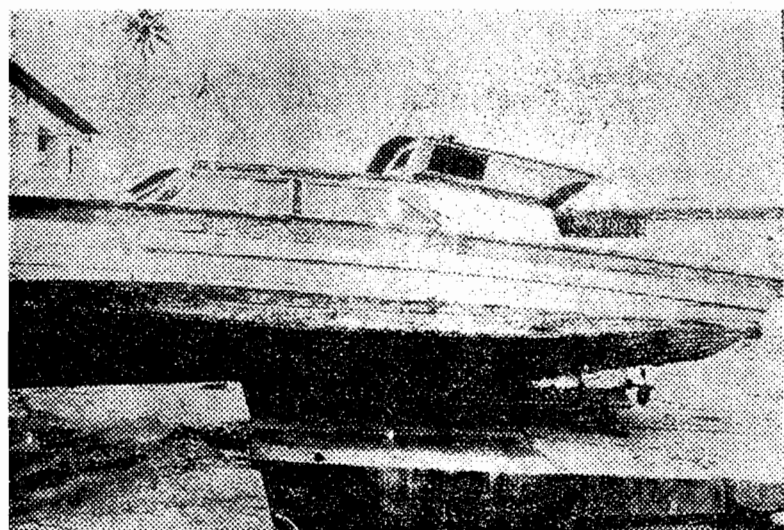
Dai que, em termos de abastecimento de água, as populações locais se vejam em polpas de aranha para conseguir um pouco que seja daquele precioso líquido para as suas necessidades mais básicas, recorrendo, normalmente, a poços e furos muitas vezes distantes dos seus locais de residência. Não fosse o trabalho da UDAAS, a situação seria das piores. — disse-nos um dos mais antigos moradores da vila.

Para o administrador do distrito de Mocimboa da Praia, a situação terá o seu desfecho dentro em breve, já que um trabalho de organização dos serviços de água e electricidade foi desencadeado. E explica que separamos estes serviços da tutela do Conselho Executivo, agora tem um orçamento próprio que tem de controlar e fazê-lo funcionar. Antes, os seus funcionários «mamavam» de um bolo que não sabiam de onde vinha, não lhes interessava cobrar taxas de aluguer, as despesas e receitas eram anarquicamente geridas; inclusivamente a candonga funcionou aqui. Agora, a coisa é outra, pois eles, para terem o salário, têm que o fazer. É com base nesta perspectiva que aquele dirigente pensa que os serviços venham a funcionar em novos moldes, embora reconheça poder haver alguns condicionais a ter em conta e na função da actual situação económica do país.

UM PORTO «ADORMECIDO»

Mocimboa da Praia, outrora uma vila com um ritmo de vida à medida da sua dimensão e com um mínimo de infra-estruturas montadas para justificar a sua privilegiada localização em relação aos distritos nortenhos, é, agora, um lugarejo «parado», com o porto e os respectivos serviços de apoio inoperativos. Eles estão lá, entretidos, simplesmente, a uma condição de «fazer lembrar que ali se trabalhava».

A excepção de duas barcas que se dedicam ao escoamento de madeira e da irrisória carga de Mocimboa da Praia para a capital provincial de Cabo Delgado, mais nenhuma embarcação demanda o porto local. A monotonia é, pois, quebrada com a entrada e saída destas duas embarcações, uma das quais com capacidade de transportar 300 toneladas de carga. Apenas nos anos de 1985/86, o porto local logrou atingir níveis de utilização relativamente elevados, quando a «ESSO» (americana) esteve envolvida na prospecção de petróleo. Daí para cá, o monótono reinstituiu-se. Os residentes, esses, é que suspiram desconsoladamente.



Uma e apenas outra barça ainda povoam, de quando em vez, as águas de Mocimboa

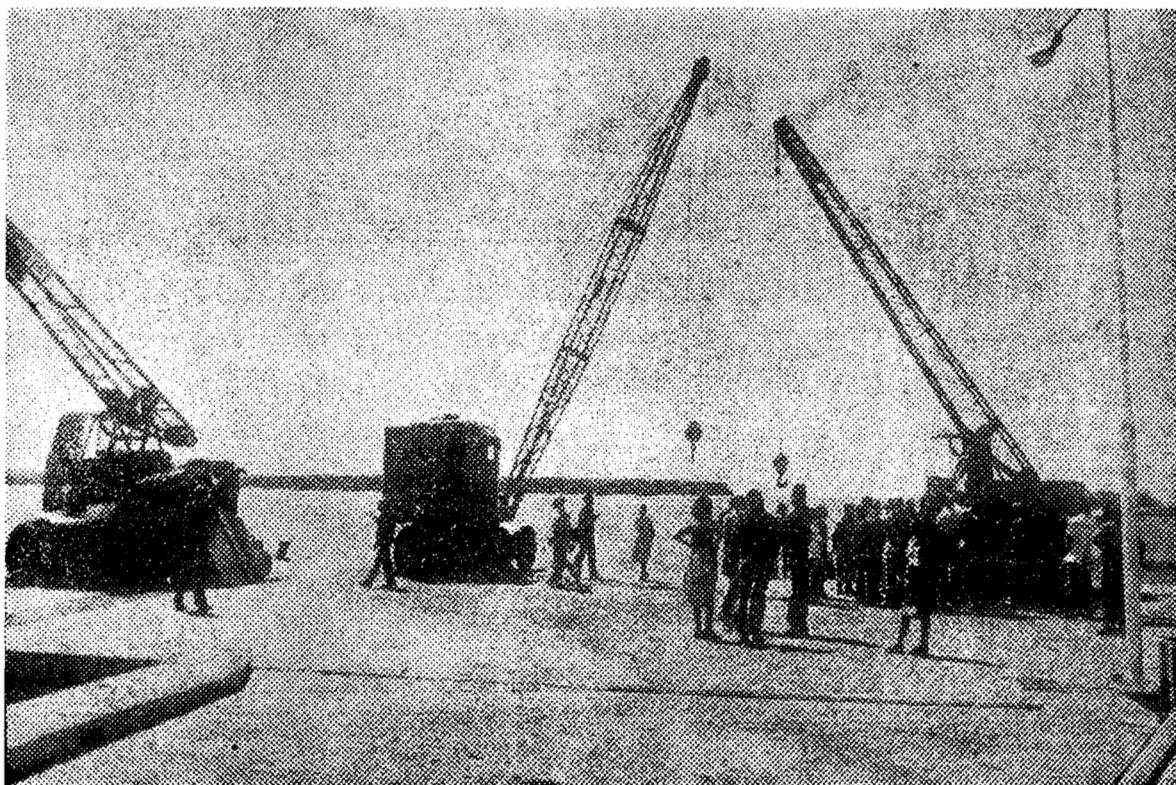
ministrador Alfai, quando a determinada altura da conversa, dissertava sobre aspectos relacionados com os serviços de salubridade locais.

Como resultado de um minucioso e cuidadoso processo de eleições internas, preenchemos todo o distrito com os órgãos de base do Partido e do Poder de Estado de que carecia — Comitês de Círculo e Assembleias do Povo — afirmou o dirigente do distrito, que salientou o facto de tal esforço ter redundado num relançamento da produção agrícola, para desmentirmo-nos, e aos outros, da tendência de considerar Mocimboa da Praia uma região deficitária, em cereais.

NÃO COMEMOS O PEIXE QUE PESCAMOS

Com uma actividade pesqueira artesanal bastante desenvolvida para a região, este distrito não consome o que o índico, muito generosamente põe à sua disposição: o consumo é em insignificantes quantidades e, no caso, apenas na sede, porque no interior o produto não vai lá parar.

O Administrador João Alfai afirma que produzimos e até mais do que necessitamos. Acontece que essa produção de peixe não é colocada aqui, é transportada, por vias ilícitas, para a província de Nampula e, até, para a Tanzânia. De facto, toneladas e toneladas de peixe local, seco, saem anualmente para fora do distrito, por razões que se prendem a uma nítida falta de organização (ou sensibilidade?) da estrutura que tem a responsabilidade da sua comercialização — a PESCOM.



Porto de Mocimboa da Praia — a imagem é, em todos os sentidos, do arquivo